

Conselho de Administração**Presidente**
Plínio Villares Musetti**Membros**

Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Júlio César Mesquita, Patrícia Maria Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião**Diretor de Opinião:** Ruy Mesquita**Editor Responsável:** Antonio Carlos Pereira**Diretor Presidente:** Francisco Mesquita Neto**Diretor de Conteúdo:** Ricardo Gandour**Editora-Chefe Responsável:** Maria Aparecida Damasco**Editores-Chefe de Plataformas Digitais:** Claudia Belfort**Diretor de Desenvolvimento Editorial:** Roberto Gazzi**Diretor de Mercado Leitor e Operações:** Christiano Nygaard**Diretor de Mercado Anunciante:** Rogério Gabriel Comprido**Diretor de Produtos e Projetos:** Ilan Kow**Diretor Financeiro:** Jorge Casmerides**Diretor de Recursos Humanos:** Fábio de Biazzi**Diretora Jurídica:** Mariana Uemura Sampaio

estadao.com.br

A versão na Internet de O Estado de S. Paulo**Notas & Informações**

Por uma vaga no Supremo



Condenado a 10 anos e 10 meses de prisão por corrupção ativa e formação de quadrilha como arquiteto do mensalão, o ex-ministro José Dirceu sabe que passará pelo menos 1/6 da pena, ou 1 ano e 9 meses, em regime fechado: só então poderá pleitear o cumprimento do restante do castigo em regime semiaberto ou aberto. Resta-lhe, como fez na entrevista à *Folha de S. Paulo*, publicada ontem, repetir o mantra de ser vítima inocente de um julgamento político – portanto, quando adentrar a penitenciária que lhe for designada, desempenhará o papel de “preso político”. Nesse estado de espírito, em que a bravata (“estou preparado para qualquer circunstância”) coexiste com o desespero (“às vezes penso que era melhor se eu tivesse morrido do

que passar pelo que estou passando”), ele dá mostras de se sentir livre para acertar contas com um dos seus presumíveis algozes do Supremo Tribunal Federal (STF). Trata-se do ministro Luiz Fux, indicado pela presidente Dilma Rousseff em fevereiro de 2011.

É sabido o que o ministro Fux fez para se cacifar junto à presidente e assim realizar o que chamava seu “sonho”. Em busca de apoio, o integrante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) procurou desde a cúpula da Fiesp ao número um do MST, João Pedro Stédile. Procurou também Dirceu, o mais notório dos acusados do mensalão. “Alguém me levou ao Zé Dirceu porque ele era influente no governo Lula”, recordaria Fux, para afirmar, espantosamente, que “naquele momento” não se lembrou de que o outro era um réu a quem iria julgar se chegasse ao STF. Na versão do petista, Fux o “assediou

moralmente”, por meio de terceiros cujos nomes não revela, durante “mais de seis meses” para ser recebido. No encontro, ainda segundo Dirceu, o candidato “tomou a iniciativa de dizer que ia me absolver. Textualmente”. Se promessa houve, foi esquecida. “Li o processo e fiquei estarecido”, declarou o ministro para explicar a severidade de seus votos pela condenação dos mensaleiros. Só que um jornalista o ouviu dizer a um advogado: “Querem me sacanear. O pau vai cantar”.

Não há nada de intrinsecamente errado com o sistema de escolha, cópia dos Estados Unidos, dos membros da Alta Corte de Justiça. O presidente da República indica, o Senado sabatina e ratifica – com a diferença de que o Senado americano é capaz de vetar o preferido da Casa Branca, como fez em 1987 com Robert Bork, favorecido pelo presidente Ronald Reagan. Tampouco é ilegítimo um as-

pirante ao STF cercar-se discretamente de aliados com acesso ao gabinete presidencial para influir na decisão de seu titular. Por fim, é melhor que o chefe do governo converse com aqueles entre os quais fará a sua escolha, ao modo de Dilma, do que deixar tudo por conta do ministro da Justiça, como fazia Lula. (Ele e o atual presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, só se conheceram na solenidade da posse.) O que é – mais do que errado – chocante é a despuerada voracidade com que se comportam certos “ministeriáveis”, se não a maioria, em campanha. O caso de Luiz Fux, ainda que ele não tenha dito o que Dirceu lhe atribui, se inscreve nessa deprável tradição.

Pior ainda é o episódio da hora. Na última sexta-feira, “fontes do Supremo” asseguraram à jornalista Sonia Racy, do *Estado*, que Dilma escolheu o advogado tributista e professor da USP, Heleno Torres, para a

vaga ocupada até o fim do ano passado pelo então presidente da Corte, Carlos Ayres Britto. Ligado ao relator do mensalão, ministro Ricardo Lewandowski, Torres havia sido recebido na véspera pela presidente para uma conversa reservada. Seja lá o que dela tenha ouvido, não perdeu tempo em fazer chegar à imprensa – por interpostas pessoas que pediram para não ser identificadas – a suposta “notícia”. Dilma, evidentemente, ficou furiosa com a quebra de confiança e mandou chamar para entrevistas todos os outros candidatos. A analogia é imperfeita, mas o caso poderia lembrar o episódio do político que procurou o governador de Minas Gerais à época, Tancredo Neves, para pedir “orientação”. “Estão dizendo por aí que vou ser nomeado secretário. Que devo fazer?”, perguntou, sofregamente. “Diga”, respondeu Tancredo, “que eu o convidei e você não aceitou.”

Como gado

Imagem publicada na primeira página deste jornal, no dia 8/4, não deixa dúvida: os passageiros do Metrô de São Paulo, nos horários de pico, são tratados como gado. São milhares de pessoas amontoadas à porta da Estação Corinthians-Itaquera, rumando em passo de manada para as catracas de acesso, um dos tantos obstáculos que esses usuários têm de superar para conseguir chegar a seu destino – sabendo que a volta com certeza será pior. O terrível – e inusitado – da situação não é propriamente o tumulto, ao qual o paulistano, infelizmente, já parece habituado, e sim o fato de que esses passageiros levam mais de meia hora apenas para conseguir entrar na estação, de tão lotada que está. E isso acontece todos os dias, de segunda a sexta-feira, e não apenas na Estação Corinthians-Itaquera. É, pois, um instantâneo fotográfico da falência do sistema de transporte público em São Paulo.

Não se espera que uma cidade com mais de 11 milhões de habitantes tenha um serviço de transporte impecável, ainda mais numa metrópole cuja marca é o crescimento desordenado. Outras grandes cidades do mundo enfrentam problemas nesse setor, pois quase sempre há muito mais passageiros do que o sistema suporta, por mais avançado que seja. Mas São Paulo vem se destacando por um atraso incompatível com seu tamanho e sua ri-

queza. Os investimentos até então sendo feitos, com a abertura de novas linhas e a ampliação das existentes, mas o ritmo é insuficiente para acompanhar a demanda.

O número de passageiros do Metrô cresceu cerca de 70% entre 2010 e 2012, passando de 2,7 milhões para 4,6 milhões por dia. A Linha 3-Vermelha, à qual pertence a Estação Corinthians-Itaquera, está saturada há mais de cinco anos, mas o quadro ficou insuportável depois que começou a integração com a nova Linha 4-Amarela.

A situação da multidão que se aglomera na porta da Estação Corinthians-Itaquera piora quando chove, e então o mínimo de ordem na entrada dá lugar à disputa corpo a corpo para ver quem consegue um lugar protegido. O Metrô diz que fará licitação para providenciar uma cobertura no local – ou seja, construirá um “puxadinho” na estação. Certamente haverá menos desconforto para os passageiros, mas a solução, como tem sido regra no Metrô, será apenas paliativa.

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, Júlio Semeghini, garantiu que haverá melhora sensível do Metrô até a Copa de 2014 – considerando-se que a Corinthians-Itaquera será a estação que dará acesso ao Itaquera, estádio onde haverá jogos do torneio. Quando se trata de Metrô, porém, as promessas vazias são tão antigas quanto o próprio sistema. O projeto original, de

1968, previa 75 estações – 8 a mais do que as existentes hoje. O prazo inicial para concluir as quatro linhas planejadas era 1987, com 66,2 quilômetros, mas esse tamanho só foi atingido 20 anos mais tarde. Na década de 60, as autoridades diziam que era necessário construir, até 1990, uma malha de linhas com um total de 360 quilômetros. Hoje, com apenas 74 quilômetros de Metrô para uma área de 1.523 quilômetros quadrados, o atual sistema paulista não fica aquém do sistema de cidades muito menores, como Santiago do Chile, que tem 103 quilômetros de metrô para 640 quilômetros quadrados.

Graças a esse atraso, aos enormes custos envolvidos e à natural demora na construção das linhas, a ampliação do Metrô, por mais investimentos que receba, dificilmente conseguirá acompanhar a demanda num futuro previsível. A solução, mais rápida e barata, seria apostar na melhoria do sistema de ônibus, meio de transporte utilizado por mais da metade dos passageiros da cidade. No entanto, como a construção de corredores de ônibus e a racionalização das linhas também estão na lista das eternas promessas não cumpridas, resta torcer para que a Copa do Mundo, à qual as autoridades se referem sempre que anunciam o paraíso na Terra, tenha mesmo esse poder mágico de, sabe-se lá como, acabar com o intolável drama diário em que se transformou o transporte coletivo em São Paulo.

O mutirão do Ministério Público

Se fosse apenas uma demonstração de eficiência dos Ministérios Públicos (MPs) estaduais e da Procuradoria-Geral da República no cumprimento de suas atribuições funcionais, o mutirão contra a corrupção – integrado por 158 promotores – mereceria aplauso. Infelizmente, porém, ele foi realizado com propósitos corporativos e políticos.

Opondo-se à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 37, que reserva a função de Polícia Judiciária às Polícias Federal e Civil e retira do MP a competência para promover investigações criminais, promotores e procuradores usaram o mutirão para pressionar o Congresso – e, mais grave, não ocultaram a intenção. “O MP está mobilizando a sociedade no sentido de mostrar que o que se deseja com a PEC 37 é concentrar as investigações num único órgão do Estado, a Polícia. É um retrocesso gigantesco para a persecução penal e para o combate à corrupção”, disse o procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Se a PEC for aprovada, o MP não terá autonomia para requisitar diligências, instaurar inquéritos e acompanhar as investigações. Para Gurgel, isso institucionaliza a impunidade.

Deflagrado pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (Gnccoc), que é integrado por procuradores-gerais de Justiça, o mutirão teve a participação de auditores

de Tribunais de Contas, técnicos da Controladoria-Geral da União e fiscais da Receita Federal, além de agentes policiais, num total de 1.300 pessoas. A missão era cumprir 337 mandados de busca e apreensão e prender 92 acusados de corrupção – entre prefeitos, ex-prefeitos e secretários municipais.

Mais do que um ato de protesto, essas operações midiáticas são uma verdadeira tentativa de retaliação contra políticos, por parte do MP. Em São Paulo, por exemplo, onde a Assembleia Legislativa também discute uma PEC à Constituição estadual que retira dos promotores a prerrogativa de propor ações que envolvam agentes públicos, o mutirão grampeou o telefone de dois deputados estaduais. Eles são acusados de participar de um esquema de fraudes com emendas parlamentares, negociar contratos irregulares entre prefeituras paulistas e empreiteiras e desviar verbas dos Ministérios das Cidades e do Turismo.

Em Minas Gerais, o mutirão prendeu um homem que transportava R\$ 790 mil e 50 mil euros com suspeita de origem ilícita. Segundo os promotores, ele teria ligações com o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado José Geraldo Riva (PSD), que responde a 102 ações penais e de improbidade administrativa e é acusado pelo MP estadual de desviar recursos públicos por meio de notas frias e empresas fantasmas. Em Rondônia, o mutirão resultou na prisão do ex-prefeito de

Porto Velho Roberto Sobrinho (PT), acusado pelos promotores estaduais de chefiar um esquema de desvio de recursos da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano. No Rio Grande do Norte, o mutirão abriu investigação contra duas prefeituras – Macau e Guamaré – acusadas de promover shows musicais superfaturados e de aplicar irregularmente royalties do petróleo. As duas cidades estão entre as maiores produtoras de petróleo do Estado.

Com o mutirão, promotores e procuradores podem ter mostrado serviço, mas isso não significa que a PEC 37 – de autoria de um deputado que é delegado de polícia aposentado – não seja procedente. Além da conhecida animosidade entre as duas corporações, é preciso ficar claro que investigação criminal sempre foi, por princípio, atividade de polícia. Ao Ministério Público não compete investigar – mas, isto sim, determinar a abertura da investigação. No Estado de Direito, quem acusa não deve ter a prerrogativa de investigar, sob pena de se pôr em risco o devido processo legal e ferir liberdades públicas e individuais.

A conversão do Ministério Público num órgão superdimensionado compromete o salutar princípio do equilíbrio entre os Poderes. O País muito ganharia se o MP e os órgãos policiais exercessem seus respectivos papéis com eficiência – o que proporcionaria uma Justiça menos sujeita a improvisações e a rivalidades corporativas.

CORRUPÇÃO**Mutirão**

Dizem que o Brasil é o país dos impostos, mas é também o país da corrupção. A megaoperação Fratelli, realizada terça-feira em homenagem ao Dia Nacional de Combate à Corrupção, mobilizou vários órgãos de controle, fiscalização e repressão e cumprindo mandados judiciais em 12 Estados. Sempre o velho e manjado esquema de desvio de verbas públicas, praticado por quadrilhas formadas por empresários, ex-políticos e funcionários públicos. Brasília ficou de fora e merece uma operação exclusiva. Poderiam repetir essa operação pelo Brasil afóra todos os dias, porque a corrupção por aqui virou epidemia.

MARCOS ABRÃOm.abrao@terra.com.br
São Paulo

Corrupção nenhum ministro de Estado foi demitido em Brasília? Fala sério...

CLAUDIO JUCHEMcjuchem@gmail.com
São Paulo**LULA & BONO****‘Saving the planet’**

Bono tem demonstrado tentar ser um cara de boa vontade, lutando por ideais nobres, porém ele me faz recordar aquele dito: o inferno está cheio de gente bem-intencionada... Além disso, é óbvio que desconhece totalmente Lula e está completamente iludido com o que lhe informam a respeito. Mandem para o Bono informações detalhadas sobre o caso Celso Daniel e o mensalão – só para começar –, para ver se ele ainda confirma presença no jogo da Copa ao lado de Lula. Não atende mais nem telefonema...

ANTONIO C. QUEIROZ CARDOSOacardoso@acardoso.com
São Paulo**“A corrupção no Brasil está imbatível!”****ROBERTO TWIASCHOR** / SÃO PAULO, SOBRE O DIA NACIONAL DO COMBATE À CORRUPÇÃO
rtwiaschor@uol.com.br**“Plagiando César, até tu, Bono?”****TANAY JIM BACELLAR** / SÃO CAETANO DO SUL, SOBRE A BOLSA-FAMÍLIA MUNDIAL
tanay.jim@gmail.com**HÁ 1.350 DIAS**
POR DECISÃO JUDICIAL, O ESTADO ESTÁ SOB CENSURA. ENTENDA O CASO: WWW.ESTADAO.COM.BR / CENSURA**VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR****TEMA DO DIA**

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

Cebola passa tomate e sobe 21% em março
Produtos que frequentam a mesa do brasileiro viram vilões da inflação; manga teve alta de 30,2%

2.963

● “A inflação é só a ponta do iceberg da política econômica ruim, feita por meio do esquema ‘sujeira para debaixo do tapete.’”
LUIZ FRANÇA

● “Ô governo incompetente! Não conseguiu nem manter o que já estava resolvido. O dragão está renascendo...”
LUCIANA TINCANI

● “Parabéns ao governo pela política econômica vintage. Porque deu muito certo nos anos 80, a gente tinha de trazer de volta.”
FELIPE PALHA

O ESTADO DE S. PAULOAvenida Engenheiro Caetano Álvares, 55 - 6º andar, CEP 02598-900
Fax: (11) 3856-2920
E-mail: forum@estadao.comO *Estado* reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada.**Central de atendimento ao leitor:**

3856-5400 - falecom.estadao@estadao.com

Central de atendimento ao assinanteCapital e Regiões Metropolitanas: 4003-5323
Demais localidades: 0800-014-77-20
www.assinante.estadao.com.br/faleconosco**Classificados por telefone:**

3855-2001

Vendas de assinaturas:

Capital: 3950-9000

Demais localidades: 0800-014-9000

Vendas Corporativas:

3856-2917

Central de atendimentos às agências de publicidade:

3856-2531 - cia@estadao.com

Preços venda avulsa: SP: R\$ 3,00 (segunda a sábado) e R\$ 5,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC e DF:** R\$ 3,50 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT e MS:** R\$ 5,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO e AL:** R\$ 6,50 (segunda a sábado) e R\$ 8,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO:** R\$ 7,00 (segunda a sábado) e R\$ 9,00 (domingo)**Preços assinaturas:** De segunda a domingo

- SP e Grande São Paulo - R\$ 74,90/mês.

Demais localidades e condições sob consulta.